

08/12/2016 - Telesíntese

Setor eletroeletrônico terminará o ano com retração real de 11%

Cenário só traz dados desfavoráveis, com queda na exportações, nas importações, dos investimentos e da produção. Perspectivas para 2017 são sombrias: crescimento, se houver, não deve passar de 1%

As notícias não são animadoras para o setor eletroeletrônico da indústria brasileira. Dados preliminares divulgados nesta quinta-feira, 07, pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) apontam que 2016 foi mais um ano perdido para as fabricantes. As vendas do setor devem somar R\$ 131,2 bilhões este ano, uma queda



de 8% ao final de dezembro, comparado a 2015. Contabilizada a inflação, significará uma perda retração real de 11%.

Segundo a associação, vários fatores explicam o desempenho. O principal é a recessão por que passa o Brasil, que há dois anos registra encolhimento do PIB. O aumento do desemprego reduziu o consumo. Os empregados diminuíram os gastos para lidar com o endividamento familiar. Ao mesmo tempo, as empresas também se endividaram e perderam capacidade de investimento. A situação piora mais com os juros altos, que inibem o apetite dos empresários pelo risco.

“O investimento do setor sempre foi equivalente a 3% do faturamento, e este ano foi de 1,8%. Esse resíduo é justamente em função da necessidade de manter a indústria atualizada e por multinacionais programarem lançamentos mundiais, que exigem um parque sempre renovado”, explica Humberto Barbato, presidente executivo da Abinee. Os investimentos devem fechar o ano com queda de 25%, passando de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 2,4 bilhões.

Os números que mostram encolhimento do setor estão por todo lado. A produção industrial, índice que demonstra o volume produzido, caiu 10% em relação a 2015. As exportações devem cair 5%, somando US\$ 5,5 bilhões. As importações vão recuar 20%, para US\$ 25,3 bilhões.

Mesmo o déficit da balança comercial, de US\$

19,7 bilhões (23% menor) não pode ser comemorado. Conforme a associação, ele é resultado da estagnação do mercado, que fez o consumidor comprar menos importados. Só seria positivo se o déficit menor fosse resultado do aumento nas vendas ao exterior, o que não aconteceu.

Diante dos resultados, a entidade não vê muita luz no fim do túnel. “Esperávamos que, passado o impeachment, pudessemos começar a fazer rapidamente as reformas fundamentais que o Brasil e a indústria necessita. Entretanto percebemos que nossas expectativas eram muito otimistas”, admite Barbato.

Com isso, a previsão é que em 2017 o setor eletroeletrônico vai crescer, se crescer, 1% em relação a 2016. A taxa prevista vem em linha com a visão de mercado de que o PIB crescerá também cerca de 1%. Exportações e importações devem permanecer estáveis, assim como o emprego. A melhor perspectiva reside sobre os investimentos: a indústria espera ampliar em apenas 2% o Capex no próximo ano, que deverá somar R\$ 2,5 bilhões.



08/12/2016 - Telesíntese

Presidente da TIM não quer regra única para consolidação

Stefano de Angelis, embora entenda que a aprovação da reforma de telecom tenha se acelerado por causa da Oi, disse que todo o setor se beneficia com regras estáveis. E acha que é o momento de se reanalisar as regras de fusão e aquisição do setor.

O CEO da TIM, Stefano de Angelis, acredita que a aprovação da lei com o novo modelo de telecomunicações (cujo projeto foi aprovado em comissão terminativa no Senado Federal na semana passada) deixa o ambiente regulatório mais tranquilo, o que é bom para os investimentos. "O cenário de estabilidade na regulação incentiva os investimentos", afirmou o executivo.

Embora avalie que a mudança regulatória foi acelerada devido a situação da Oi (que tem uma dívida de R\$ 65 bilhões e está em recuperação judicial) ele afirma que as mudanças afetam a indústria de telecom como um todo, que também tem o interesse comum de que a concessionária dê certo.

Para o executivo, a liberação da revenda do espectro prevista na nova legislação irá criar um novo desafio regulatório, que é o de redefinir o limite de frequência que cada operadora poderá ter. De Angelis defende que a agência, ao invés de editar regras homogêneas para as operadoras de celular faça uma análise caso a caso sobre a concentração do mercado e o cap de frequência.

"A Nextel, por exemplo, tem uma participação muito restrita no mercado, mas tem o mesmo espectro cap do que se uma Vivo se fundisse com uma Claro. O ideal seria que se pudesse deixar aberta a possibilidade de consolidação operação por operação, conforme as condições competitivas do merca-



do", defendeu ele.

De Angelis observou que a indústria de celular tem três ativos valiosos – o espectro, a infraestrutura e os clientes. E que a revenda irá aumentar o valor de todas as operadoras.

E a última banda de 700?

Para Pietro Labriola, COO da operadora, uma das perguntas que ainda precisam ser respondidas pelo regulador, com a aprovação do novo marco legal, é o que vai ser feito com a faixa de 700 MHz que está sobrando, e que não foi comprada pela Oi à época em que todas as outras compraram.

"A situação da Oi é muito complexa. Nos últimos anos, o Capex da empresa foi similar ao da TIM, e nós só temos operação móvel. A Oi só possui a frequência de 2,5 GHz, o que é um problema para ontem e para hoje. E o espectro de 700 MHz que está disponível não pode ser reservado para ela", alerta o executivo.

Quanto à estratégia comercial, Labriola afirma que a TIM vai continuar a focar na redução do churn e na busca de mais rentabilidade, e não na ampliação da base. "Claro e Oi estão destruindo valor", dispara ele.

No próximo ano, disse, a TIM terá novidades para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, cortados pela rede de fibra óptica da TIM Live. "Teremos ofertas convergentes com todos os elementos", afirmou.

08/12/2016 - Telesíntese

O CONSUMIDOR BRASILEIRO QUER CONCENTRAÇÃO DE MERCADO?

Pesquisa da Ericsson realizada com habitantes de cidades em todo o mundo mostra que 40% dos consumidores desejam comprar o máximo possível de produtos de uma mesma empresa. Em São Paulo, média é de 60%.



Uma pesquisa feita pelo Consumer Lab, braço de pesquisa comportamental da Ericsson, revelada nesta semana traz indícios de que o consumidor e o poder público não estão alinhados no que diz respeito à competição comercial. Isso porque boa parte dos cidadãos afirma desejar comprar o máximo de produtos possível de poucas empresas. Ou seja, em se tratando de tecnologia, a concentração é bem-vinda, segundo a percepção identificada pela pesquisa.

Perguntadas sobre como querem que seja o mercado no futuro, pouco mais de 40% disseram desejar que as maiores empresas de TI lhes vendam todos os produtos de que precisam para viver. O consumidor brasileiro é o que menos se preocupa com a concentração de mercado: mais de 60% dos usuários avançados de internet em São Paulo gostaria de comprar todos os seus produtos das cinco maiores empresas de TI. Desse número, mais de 75% acreditam que isso acontecerá

apenas daqui a cinco anos.

A pesquisa sugere que a saída para as empresas tradicionais é se tornar cada vez mais digitais, semelhantes às empresas de TI. Essa atitude levaria o consumidor a manter suas compras distribuídas, embora as empresas com mais variedade de produtos tendam a ter mais informação e capacidade de retenção. Entre os serviços em que a concentração é mais desejada estão aluguel de moradia, atendimento médico e hospitalar, transporte, educação, segurança doméstica, casa inteligente, e conectividade (internet e banda larga móvel).

O estudo ouviu 7.138 pessoas de 15 a 69 anos em capitais mundo afora (São Paulo, no Brasil, Cidade do México, Jacarta, Berlin, Joanesburgo, Londres, Nova York, Chicago, Xangai, Tokyo, Sydney, Moscou, São Francisco e Toronto) ao longo do mês de outubro. Extrapolando-se, pode-se dizer que representa a opinião de cerca de 27 milhões de pessoas.

08/12/2016 - Portal Vermelho

Dilma está entre as 10 mulheres do ano para o jornal Financial Times

O jornal britânico Financial Times escolheu a presidenta brasileira Dilma Rousseff como uma das 10 mulheres que marcaram o ano de 2016. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (8) acompanhada de uma entrevista com a presidenta.



Além de Dilma, a lista inclui Hillary Clinton, primeira mulher candidata à Presidência dos EUA, Simone Biles, ginasta norte-americana, Jean Liu, presidente da Didi Chuxing, maior empresa de transportes da China, Mary Berry, apresentadora da BBC, Maria Grazia Chiuri, primeira mulher a dirigir a Dior, Njideka Akunyili Crosby, artista plástica nigeriana, Margrethe Vestager, líder do partido Social-liberal da Dinamarca, Phoebe Waller-Bridge & Vicky Jones, autoras da série Fleabag.

Na entrevista conduzida pelo jornalista Joe Leahy, chefe da sucursal brasileira do Financial Times, Dilma falou sobre o golpe que a tirou da Presidência, sobre crise econômica e sobre o governo Temer.

“Para uma mulher que acabou de suportar um duro período de seis meses de julgamento político, que resultou em seu impeachment, a ex-presidente brasileira Dilma Rousseff parece incrivelmente relaxada”, avaliou logo no início da entrevista.

Impeachment

O jornal explica aos leitores britânicos que Dilma saiu do poder em maio e que foi expulsa da Presidência em agosto, depois que o Senado a considerou culpada por uma série de manobras fiscais usadas para estimular a economia e disfarçar o pior do déficit orçamentário visto no Estado.

Ela alega que os mesmos truques orçamentários foram usados pelos seus antecessores, mas a reportagem cita que, pela primeira vez desde antes da segunda guerra mundial, seu governo foi o primeiro a ter as contas rejeitadas pela fiscalização das finanças públicas, o TCU.

“No final, o processo de impeachment foi um julgamento político – a verdadeira razão pela qual ela perdeu o poder foi a queda

da popularidade em meio a uma recessão crescente e uma investigação de corrupção na estatal Petrobras”, considerou o jornal.

Essa situação, lembra o correspondente, mostra um forte contraste com sua posição de seis anos atrás, quando sua popularidade dava inveja a qualquer líder mundial.

Ações sociais

Para o jornal, ela foi a mulher que finalmente quebrou o teto de vidro na política brasileira, que se colocou como campeã das minorias e dos pobres por meio de programas como ‘Sem Miséria’ – enviando assistentes sociais para auxiliar os desamparados e garantir a seus regimes de assistência social.

“Eu acho que a oligarquia tradicional brasileira ficou chateada com essa pequena (redistribuição da riqueza)”, disse Dilma.

“Após séculos de exclusão, este foi um esforço muito pequeno na inclusão. Não foi fantástico; precisa ser muito mais do que o que fizemos”, continuou

Austeridade de Temer é suicídio

Para Dilma, a proposta de Temer de congelar o crescimento dos gastos orçamentários por 20 anos é uma “loucura”. “Durante uma recessão, uma política de austeridade é o suicídio”, disse ela. “No curto prazo, você tem que aumentar o investimento público.”

O jornal menciona que Dilma não foi acusada de nenhum crime. Dilma insistiu também durante a entrevista que, se não fossem as reformas que ela introduziu para combater a corrupção, a investigação Lava Jato nunca poderia ter acontecido.

Questionada sobre o futuro, a presidenta disse que não pretende mais concorrer a cargos eletivos. “Mas continuarei a ser politicamente ativa”, avisou.

Dilma, lembra a reportagem, foi frequentemente acusada de ser uma dama de ferro, supostamente tão “dura” que fez ministros chorarem em seu gabinete quando não apresentaram o dever de casa.

Machismo

“Quando você é uma autoridade mulher, eles dizem que você é dura, seca e insensível, enquanto um homem na mesma posição é forte, firme e encantador”, comparou.

Dilma brinca que o mais frustrante foi que ela foi pintada como um ogro, enquanto os homens na política brasileira ficaram “cheirando a rosas”.

“Um dia, depois de me cansar de ouvir o quão dura eu era, eu disse (sarcasticamente) que sim. Isso mesmo, eu sou uma mulher dura rodeada por homens doces. Todos eles são muito doces.”



08/12/2016 - Altamiro Borges

Do golpe ao caos no Brasil

No momento em que se redige este texto, informam os noticiários, Michel Temer procura juntar cacos e encontrar uma saída “honrosa” para o conflito entre Renan Calheiros, presidente do Senado, e Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Ambos trabalharam pela derrubada do governo eleito em 2014, mas agora entraram em conflito ácido. Mello quer afastar Renan da presidência do Senado. Para isso, brande entendimento jurídico que, se consolidado, viola direitos fundamentais e sepulta a presunção de inocência. Renan, contrariado, fez o macho: ao invés de contestar a decisão provisória do STF, decidiu ignorá-la, projetando o país no cúmulo da insegurança jurídica. Temer tenta um remendo, nas poucas horas que faltam para o final da sessão plenária do Supremo. Nada garante que será bem-sucedido.

Mas o barraco entre chefes de dois dos três poderes é apenas a parte mais visível de um conflito que se alastra entre os golpistas. O epicentro é o Executivo, por razões óbvias. Duas semanas depois de aceitar a renúncia do ministro Geddel Vieira Lima, um dos responsáveis pela articulação política do governo, Temer não sabe como substituí-lo. O posto foi oferecido ao PSDB, que reclamava mais espaço no governo. Os tucanos recusaram. Desejam participar do núcleo central do poder – mas usando luvas grossas e mãos de gato. Sugerem, gaiatos: e se ficassemos com o ministério da Fazenda?

É briga de banqueiros grandes – e globais. Armínio Fraga, o eterno escolhido do PSDB para o ministério da Fazenda, trabalha com George Soros. Teria atuado no planejamento de vários ataques especulativos. Mas Henrique Meirelles, o titular atual, seria menos influente? Brasileiro de Anápolis, herdeiro de pecuaristas, estudou em Harvard e cultivou relações. Presidiu o Bank Boston brasileiro e o global. Foi tido como um dos banqueiros mais próximos de Bill Clinton – talvez o presidente norte-americano mais ligado à oligarquia financeira. No Brasil, transitou por todo o universo político. Elegeu-se deputado federal pelo PSDB, dirigiu o Banco Central sob Lula e assumiu o ministério da Fazenda com Temer.

O butim é farto, mas a crise é funda. Por isso, a disputa no Planalto se agrava. É ela que traga os demais poderes. Todos – Renan, Temer, César Maia, Gilmar Mendes, Aécio, Serra, Alckmin – querem parte dos bônus. Entrega do Pré-Sal às petroleiras estrangeiras. PEC-241-55, para acharar o gasto social e ampliar a transferência de recursos do Estado aos banqueiros. Desmonte da Previdência, que arrasará o INSS e abrirá caminho para os sistemas de aposentadorias privadas, administrados pelos bancos. Em cada PEC, Projeto de Lei, Medida Provisória, tenebrosas transações. Vinte e quatro horas depois de o Palácio do Planalto enviar ao Congresso a PEC-287, que desmantela a Previdência Social, o relator da matéria na Câmara, deputado Alceu Moreira, anunciava já ter preparado parecer favorável à

proposta. “Sou o Flash”, disse com escárnio.

Porém, não há projeto de país. Os que nos exasperávamos com a falta de ideias e criatividade, no período Dilma, enxergamos agora o que é a infertilidade política real. Em nove meses, que mísera ideia o governo Temer apresentou – além do assalto aos direitos sociais e da entrega do Estado aos particulares? Que originalidade demonstraram o PSDB ou a mídia associada ao golpe?

À falta de futuro, alimentam-se de ódios. Erguem a bandeira da luta contra a corrupção. Em nome dela, querem incapacitar ou prender adversários – desde que tal ação preserve... o atual sistema político, no qual nadarão de braçadas, em seguida! Este punitivismo sem programa acende heróis fugazes. Marco Aurélio Mello tentou ceifar Renan imaginando que se converteria imediatamente em herói de Higienópolis, do Leblon e da mídia. O presidente do Senado trucou: sem ele, para a farra das privatizações. Mídia, Planalto e movimentos como o MBL e o Vem Pra Rua enrolaram as bandeiras e puseram-se a negociar com quem tratavam como bandido.

No cenário de caos para o qual o país regrediu, os direitos sociais parecem ser a chave crucial. Sua devastação divide os golpistas, que disputam o butim. Defendê-los pode unir os que sustentam, além da democracia e da igualdade, a própria ideia de preservar a República – algo a que as elites parecem cada vez mais indiferentes.

Do golpe ao caos – é e tende a ser, por lógica, o caminho dos que impuseram um governo ilegítimo. Contra o caos, os direitos – é uma alternativa. As multidões que se reuniram contra o golpe, entre março e maio, articularam-se acima de tudo em torno da ideia de direitos. Não tinham cor partidária. Reuniam uma galáxia — de velhos militantes a secundaristas; dos movimentos sindicais à luta LGTB; todo o leque de sensibilidades feministas e negras. Estavam unidas pela ideia de que Outro País é Possível; de que não suportamos a normatização social, política e moral que querem nos impor.

Esta galáxia pode se formar de novo – agora pela defesa dos direitos sociais. Em torno deles, e da ideia de país solidário que expressam, é que se pode articular um bloco social amplo e potente – ainda que diverso.

Certas oportunidades não devem ser perdidas. Para 13 de dezembro começam a ser convocadas manifestações que se opõem às políticas de rapina – à PEC 55 e ao desmonte da Previdência, em especial.

No fim de um ano pesado, é preciso reforçá-las. Nelas reside nossa esperança de começar a virada; de acirrar as contradições evidentes entre os que governam contra o país; de abrir caminho para um 2017 respirável.